

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 21-8-2024.

---

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Idenir Cecchim, Karen Santos, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 259/24 (Processo nº 0521/24), de autoria de Conselheiro Marcelo e José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 275/24 (Processo nº 0543/24), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 288/24 (Processo nº 0568/24), de autoria de Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 301/24 (Processo nº 0593/24) e o Projeto de Resolução nº 065/24 (Processo nº 0592/24), de autoria de Reginaldo Pujol; os Projetos de Resolução nºs 018, 019 e 020/24 (Processo nºs 0155, 0156 e 0157/24, respectivamente), de autoria de Polaca Rocha; o Projeto de Resolução nº 062/24 (Processo nº 0563/24), de autoria de Cláudio Conceição; e o Projeto de Resolução nº 063/24 (Processo nº 0565/24), de autoria da Mesa Diretora. Também, foi apregoado o seguinte Ofício, do Prefeito: nº 2283/24, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 028/24 (Processo nº 0586/24). Foi apregoado Requerimento firmado por Mauro Pinheiro, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia quatorze de agosto do corrente ano. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jonas Reis, Fernanda Barth, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Ramiro Rosário, Mari Pimentel, Biga Pereira, Lourdes Sprenger, Cláudio Conceição, Adeli Sell, Claudio Janta. Ainda, Márcio Bins Ely formulou Requerimento verbal, solicitando que homenagem alusiva ao Dia do Corretor de Imóveis, programada para o período de Comunicações do dia vinte e oito de agosto do corrente ano, seja transferida para o dia vinte e seis de agosto do corrente ano, ao que Mauro Pinheiro, presidindo, afirmou que, se houver acordo de Líderes, serão feitos os ajustes necessários. Às quinze horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão e a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Roberto Robaina procedeu à entrega, à Mesa, de Requerimento escrito, solicitando a declaração de prejudicialidade de sua

tramitação, com a conseqüente retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16 (Processo nº 1333/16). Mauro Pinheiro, presidindo, prestou esclarecimentos sobre a tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16, afirmando não haver óbice a ser apreciado em Plenário. O Requerimento será encaminhado à Diretoria Legislativa, para análise de seu conteúdo. Mari Pimentel formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24 (Processo nº 0346/24). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 573/24 (Processo nº 0964/23), por três votos SIM e vinte e cinco votos NÃO, tendo votado Sim Karen Santos, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e tendo votado Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Alvoni Medina e Mari Pimentel, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Pablo Melo e Lourdes Sprenger, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24. Foi apregoado Requerimento de autoria de Lourdes Sprenger, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24. Foram apregoadas as Emendas nºs 03 e 05, de autoria de Pablo Melo e Lourdes Sprenger, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24. Foi apregoada a Emenda nº 04, de autoria de Cassiá Carpes e Lourdes Sprenger, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 022/24, após ser discutido por Pedro Ruas e Comandante Nádia. Às dezesseis horas e oito minutos, foi encerrada a Ordem do Dia, em virtude da inexistência de quórum deliberativo constatada em verificação solicitada por Mari Pimentel. Em PAUTA, Discussão Preliminar, manifestaram-se Mônica Leal e Lourdes Sprenger e estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 027/24, discutido por Jonas Reis; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 030/24; o Projeto de Lei do Executivo nº 020/24; o Projeto de Lei do Legislativo nº 201/24, discutido por Jonas Reis; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 419/22, e 154/24, 246/24, 250/24, 253/24, 254/24, 272/24, 274/24 e 279/24; e o Projeto de Resolução nº 061/24; e, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 017/24. Às dezesseis horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro e José Freitas. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

---

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Boa tarde.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento firmado pelo Ver. Mauro Pinheiro, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 14 de agosto de 2024.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e acompanhou os jornais no dia de ontem, mais uma vergonha, mais um escândalo deste governo horroroso, até dezembro nós vamos ver quantos escândalos ainda teremos na nossa cidade. O filho do advogado da empresa que tem um contrato com a Prefeitura é o fiscal do contrato que presta serviço de automóveis para a Prefeitura. Literalmente, tudo em casa, naquela frase popular. Tudo em casa! Tudo tranquilo! Tudo favorável! Agora eu pergunto: cadê o líder do governo aqui para explicar? Cadê?! Não vi. Não estou enxergando. E é assim que vive o Brasil. É uma coleção de escândalos na nossa capital! Não bastasse a secretária de educação presa... Ah, lembrei, a secretária que assinou para esse ser o fiscal do contrato. A secretária presa, ela que assinou para esse sujeito ser o fiscal do contrato, cujo advogado, o pai dele, é advogado da empresa que ele fiscaliza. Não! Não, não parece ser verdade, me belisquem. Nem precisa beliscar, porque, infelizmente, o jornal revelou. É um escândalo! As pessoas dizem assim: “Ver. Jonas, o senhor está preocupado, é pouco dinheiro.” É, são singelos R\$ 9 milhões do contrato. São R\$ 9 milhões, mas já está lá um pedido de providências, na Prefeitura, porque nós queremos as respostas para saber tudo que aconteceu, como é a atuação do tal fiscal, filho do advogado da empresa que ele fiscaliza. É só Porto Alegre ladeira abaixo que nós vemos, mas não basta isso. O que a gente vê? Tivemos um debate na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, perguntei à representante do secretário de saúde onde estão os remédios do SUS? Ela disse que estão a caminho. Isso faz dois meses. Estão vindo a cavalo! Esse medicamento é um medicamento raro, está vindo provavelmente da farmácia com “ph”, porque está vindo por um transporte antigo. Eles não têm vergonha de falar da sua incompetência e debochar da população. Eu mesmo tenho colesterol alto, eu tomo sinvastatina. Em vários postos de saúde não têm esse medicamento. Vocês já pararam para pensar como fica a saúde de uma pessoa de idade, que não acessa o seu medicamento pela incompetência de alguns do governo Melo? Mas o governo foi rápido para quê? Para contratar uma empresa por R\$ 19 milhões, que tinha só cinco funcionários para receber todo o lixo da enchente. Essa empresa, essa aí eu vou dizer, tem que ganhar o prêmio de competência: uma empresa com cinco funcionários ia cuidar do lixo de toda a cidade. Ainda bem que o Ministério Público existe, foi lá e impugnou, trancou essa brincadeira de mau gosto com dinheiro público. Para isso eles foram rápidos, para isso eles foram ligeiros, eles são, literalmente, em velocidade, um guepardo para esses contratos, mas, para levar o remédio até os postos de saúde, vão a passos de tartaruga. É incrível como este governo age de forma violenta contra o cidadão e mantém até hoje 12 mil pessoas sem vagas nas escolas públicas. E contratar uma empresa que está aí, a tal de ABES!

Gente do céu, não para funcionário nas escolas; evidentemente, o salário é baixíssimo, Cindi, do Simpa, que está aqui, é uma vergonha querer pagar uma miséria para os trabalhadores fazer inclusão. Que inclusão é esta? É uma farsa, é uma mentira. E nós vamos continuar denunciando este governo, que coloca a nossa cidade num abismo.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Caros colegas que estão conosco hoje aqui no plenário e todos aqueles que nos assistem na TVCâmara, entre vários projetos que a gente precisa aprovar ainda este ano e que estão ali dentro dos trâmites, tem um dos projetos que fez sempre parte da minha vida e das minhas propostas há muito tempo. Faz 14 anos que eu milito na causa de uma escola sem doutrinação; sem partido é impossível, todo mundo tem as suas escolhas políticas, todo mundo tem posicionamento, e o projeto não fala sobre isso. O projeto do Nagib, que se chamava Escola sem Partido, é um projeto que eu considero, inclusive, ultrapassado. Eu acho que hoje a gente precisa, sim, é garantir um espaço plural, democrático de verdade, com todas as vertentes dentro da escola, mas sala de aula não é local para professor fazer campanha político-eleitoral. Professor não pode dar aula com bóton no peito, professor não pode indicar em quem gostaria de votar, professor não deve ficar fazendo proselitismo em relação a este ou àquele candidato, nem a este ou àquele partido, e eu digo aqui: nenhum, nem de centro, nem de esquerda, nem de direita. O que eu falo aqui, eu não quero um professor em sala de aula dizendo: “Bolsonaro foi o melhor presidente que este País já teve”, mesmo que eu saiba que foi. Não, o projeto veda isso; o projeto permite que esse tipo de coisa não aconteça. É um projeto muito singelo, é um cartaz em sala de aula. Aqui, uma sugestão de texto, um cartaz que diz...

(Aparte antirregimental.)

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** E, quem não conhece que leia o projeto; é importante que leiam o projeto. A imparcialidade política ideológica na condução do ensino e na prática do magistério, o pluralismo de ideias e convencimentos de origem política, ideológica, a liberdade de consciência e de crença, o reconhecimento do aluno como pessoa vulnerável na relação de aprendizado e o direito dos pais ou responsáveis de alunos a acessarem o programa pedagógico do estabelecimento de ensino, bem como de participar da definição de propostas educacionais. Isso aqui tudo já está na lei. Isso aqui tudo faz parte de qualquer país civilizado que quer ver os seus alunos criados com liberdade política, com possibilidade de desenvolver qualquer discurso. Então é isso que nós queremos. Não é lei da mordaza, quem falou isso para vocês enganou vocês. Não tem nada a ver com isso, muito pelo contrário, é uma lei que garante que todos aqueles que têm opinião terão suas opiniões respeitadas, mas que professor nenhum pode fazer campanha política em sala de aula, não pode se posicionar politicamente, não pode

falar que partido A é melhor que partido B, não pode falar que presidente A é melhor que presidente B, não pode chamar presidente de ex-presidiário, não pode. Então vamos deixar as coisas bem claras aqui: nós queremos uma escola livre de doutrinação. E eu espero contar com o voto de todos os colegas aqui, porque esse projeto é um projeto verdadeiramente democrático. Obrigada.

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento):** Ver. Mauro Pinheiro, solicito a transferência do dia da homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis, que seria dia 28, para o dia 26. Já conversei com as lideranças dos partidos para darem acordo a esse período de Comunicações nesta nova data. Obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Tendo acordo dos vereadores, vamos fazer o ajuste necessário. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Presidente Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores; queria fazer uma saudação ao Jaires, que nos acompanha aqui, também do transporte escolar, satisfação em revê-lo aqui representando os transportadores que carregam as nossas crianças para o colégio, obrigado aí pelo carinho de sempre.

Quero inicialmente, Presidente, fazer um registro por alusão do aniversário – Ver. João Bosco Vaz, que compõe a nossa bancada e que me cede aqui o tempo de liderança do nosso partido, obrigado pela parceria de sempre, de anos aqui na Câmara –, hoje, a Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados – SPAAN, o nosso asilo, que fica ali no Nonoai, completa 93 anos, Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Cassiá Carpes, que é vizinho ali do Teresópolis. A SPAAN é uma obra do Rotary, foi fundada por rotaryanos, é administrada por rotaryanos e abriga 119 idosos, a mais velha residente tem 104 anos. Estivemos hoje lá reunidos agradecendo os colaboradores, os funcionários, os voluntários, temos muitos voluntários, e, aliás, uma das receitas importantes da SPAAN tem sido o feirão da SPAAN. Então, quero fazer este registro aqui, porque sou autor também do projeto de lei que incluiu, no Calendário Oficial do Município de Porto Alegre, o dia 15 de junho como Dia Municipal de Conscientização Contra a Violência à Pessoa Idosa. Carrego esta questão do idoso como bandeira do meu mandato, tenho este compromisso, tenho um carinho muito especial pelos meus avós, espero poder chegar numa idade mais longeva, mas é muito importante que nós tenhamos respeito pelas pessoas mais idosas. Ainda é comum a gente presenciar no noticiário situações que envolvem violência e agressão contra o idoso, às vezes até na família, às vezes até na própria família.

Mas eu quero também aqui usar o meu tempo, vou dividir o meu tempo em dois períodos, porque essa semana a gente recebeu aqui o prefeito Sebastião Melo com a comitiva, em especial o secretário Fantinel, secretário da Fazenda, que fez alusão a

respeito da isenção do IPTU para as residências atingidas pela enchente, pela maior tragédia que enfrentou o Estado do Rio Grande do Sul. Muitas pessoas perderam muito, algumas perderam tudo e outras perderam a vida. Em Porto Alegre, foram 111 mil imóveis atingidos pelas águas. Vejam bem esse número, em especial quem nos assiste aqui presencialmente, mas também com destaque para a TVCâmara: para se obter a isenção do IPTU, o desconto do IPTU para o ano que vem, é necessário fazer um requerimento formal e tem prazo. Até agora só 20 mil porto-alegrenses fizeram o requerimento, e o prazo é até setembro. Então, prestem atenção, são 111 mil unidades habitacionais atingidas e só 20% até agora solicitaram o benefício. Se tu foste atingido, tu que estás me assistindo aqui na TV, perdeste tudo, perdeste teu empreendimento, a tua loja, teu comércio, a tua casa, a tua residência, tu tens que requerer a isenção do IPTU, senão tu não vais receber, não vais ganhar. Então, isso é importante de ser destacado. Faço aqui menção, porque entendo que esse é um ponto relevante e importante, e as pessoas não estão se dando conta. Fica aqui esse relato, fica aqui esse aviso, esse alerta para que quem foi atingido possa receber o benefício. A gente sabe que ainda tem essa outra questão da Lei Orgânica, mas vai ser aprovado. Nós vamos votar agora em 2º turno e vai ser aprovado. Mesmo tu que estás devendo, que estás me assistindo aqui e tens uma dívida de IPTU passado, o IPTU deste ano que tu foste atingido, tu vais ser isentado do pagamento, mas tu tens que requerer. Então ficam aí as nossas considerações para a tarde de hoje, período de liderança pelo nosso partido, PDT. Muito obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Prezado Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra de acompanhar pela TVCâmara e também presencialmente aqui, começando pelo João Ezequiel, camarada de lutas, e todos os municipais, a Cindi, então, companheiras e companheiros, o que nós temos a esclarecer? Com todo o respeito, e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth sabe que eu a respeito muito, eu não falo em vereadores e vereadoras aqui, na tribuna eu não faço isso, eu quero falar sobre o tema. E o tema, futura vereadora Aline, é o que importa, porque na verdade nós estamos tratando exatamente do que está escrito no cartaz, uma lei ou não da mordaza. Porque esse projeto não é uma questão municipal em Porto Alegre, isso é uma questão nacional, aliás, internacional, de colocar um freio, de colocar garrote em opiniões que não sejam aquelas pré-estabelecidas pela direita e extrema direita. É isso o projeto. A gente pode dourar a pílula daqui e dali e pode ser que em Porto Alegre até não fosse – estou dando de barato, estou admitindo de barato –, talvez não fosse essa a intenção, acho que era, mas, se não fosse, na prática é. O Escola Sem Partido é um projeto nacional, repito, internacional também, porque eu já vi caso de matéria fora do País, de segurar, lá no lado de uma visão histórica tradicional, conservadora e de direita, qualquer tipo de ensinamento em sala de aula. Então, é sim o projeto da mordaza, é sim uma provável lei da mordaza, é sim impedir professores e professoras de exercerem o seu ofício com a

dignidade, com a veracidade, com as convicções que lhes permitiram, via concurso público, estar numa sala de aula, eventualmente via contrato de trabalho, porque também nós temos as particulares.

Por isso é fundamental que nós tenhamos claro que não é uma questão de simpatia por A, B, C, D, vereadores, não é isso, não tem nada a ver com isso, não é contra ninguém do plenário, é um debate profundo de ideia, de concepção. Aí alguém diz: “É um debate ideológico?” É claro que sim, porque ser contra o cerceamento é uma posição já ideológica pela liberdade. Então é um debate ideológico? Sim, agora isso não significa que uma pessoa, um professor, uma professora com uma posição conservadora, de centro, de direita ou até de ultradireita, seja professor, seja professora... Não vai cercear de lado nenhum, porque não é essa a questão. O professor de matemática ensina matemática, geografia é geografia, história é história, português é português, não tem ideologia! Então, buscar essa amordaça é para ameaçar as pessoas. Vou concluir, Presidente. É para ameaçar as pessoas, é para chegar aos mestres, aos professores, geralmente professoras, geralmente são do sexo feminino, são do gênero feminino. Via de regra, o que se busca com esse tipo de projeto no Brasil e no mundo é o cerceamento, é o grilhão, é a corrente, é a pressão e é, muitas vezes, o esmagamento das professoras, dos professores e de todo o conjunto de alunos, porque eles ficarão sem saber o que poderia realmente ser ensinado. Eu dou um último exemplo, para sair da tribuna: eu vi um debate numa escola, numa cidade da Grande Porto Alegre, não vou dar o nome da cidade, porque eu não vou promover aquela gente lá. Eles conseguiram que fosse ensinado, veja bem, que fosse ensinado, em aula de religião, o tema da criação conforme Adão e Eva, e não fosse ensinado, em história nem em biologia, a teoria darwinista. Alguém pode conceber que isso aconteça numa cidade, num estado, ou num país? É uma barbaridade, e é isso que esse projeto pretende.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Presidente, meus caros colegas, público que nos acompanha; eu não sei qual é a dificuldade que a esquerda tem sempre que nós falamos o básico: que o professor não tem que fazer política, não tem que trazer sua visão partidária para dentro de sala de aula. Não importa se essa visão, se o posicionamento do professor é de direita, ou é de esquerda. Não pode trazer a sua visão ideológica para dentro de sala de aula. O que me espanta muito é que apenas a esquerda – PT, PSOL, PCdoB – que se incomoda com essa tese. Será que é uma confissão de culpa? Será que eles realmente acham que professores vinculados à esquerda vão para a frente do quadro, para a frente duma classe e colocam a sua visão ideológica para as crianças, para os jovens? Talvez seja uma confissão de culpa, porque estão chamando de PL da censura. Quem faz censura neste País é o STF; quem faz censura neste País é o Judiciário; quem faz censura neste País é o governo Lula, que busca a todo momento regulamentar as redes sociais. Isso sim é censura, na prática, acontecendo neste momento no nosso País.

Não há nada de censura a dizer o óbvio, que, dentro da escola, as crianças e os jovens têm que aprender português e matemática, tem que aprender ciência, não tem que aprender uma história, muitas vezes, deturpada, inclusive considerando assassinos, estupradores como heróis. Não! Dentro de sala de aula, as nossas crianças precisam ter a educação de qualidade que nós não temos em Porto Alegre. O modelo de Porto Alegre nos levou a termos as piores notas comparadas às outras capitais do País. Isso é uma vergonha! E não é por falta de salário, não! É justamente por nós termos uma educação completamente aparelhada, uma educação que serve a sindicato e corporação e não às crianças, aos jovens e às famílias porto-alegrenses. Essa educação precisa ser revista. Que bom que nós estamos aqui em mais um período em que a cidade poderá escolher os seus futuros líderes, porque, se tem uma coisa que eu particularmente defendo é que nós cada vez mais busquemos comprar vaga nas redes privadas para os alunos, e menos privilégio para servidores públicos concursados, que não sabem nem quanto tempo dão de aula. Vocês devem lembrar do meu debate com a deputada do PT, ex-vereadora desta Casa, Sofia Cavedon, em que eu fico insistentemente perguntando a ela: “Vem cá, Sofia, a senhora é professora do Município, concursada, quantos anos a senhora deu aula?” Ela não sabe responder, porque ela ficou 20 anos aqui na Câmara de Vereadores, mais 4 anos na Assembleia agora, aposentando-se com salário de professora, e ainda acumula o salário de política. E ela não sabe responder quantos anos esteve em sala de aula, porque ela está lá apenas para alimentar a claque; apenas para favorecer o sindicato e as corporações, e isso não pode acontecer! Eu tenho certeza de que, se nós colocássemos a rede privada como prioridade, até mesmo os escândalos de corrupção diminuiriam, porque a corrupção vista dentro da SMED, que está provada, certamente seria muito menor se não tivesse um político, um concursado definindo qual livro comprar, qual tela comprar. Isso tem que ficar a cargo do privado. Nós, agentes públicos, políticos, temos que fiscalizar para ver se eles estão entregando um serviço, uma educação de qualidade, o que não acontece no modelo estatal, corporativista e sindicalista presente hoje na nossa cidade.

Então, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, conte com o nosso voto favorável ao seu projeto de lei, porque, se incomoda tanto assim o Simpa, se incomoda tanto assim os sindicalistas do Município, olha, eles devem saber, talvez, mais do que nós o quanto eles fazem proselitismo político dentro de sala de aula!

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Exatamente, roubar pode. Eles estão gritando “roubar pode”, é verdade, talvez eles defendam muitos ladrões por aí, assim como defendem o Lula, o governo federal e absolutamente todo o mal que eles fazem ao Rio Grande do Sul. Roubar pode, gritam os servidores públicos do Município. Roubar pode, grita o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre. Que vergonha! Obrigado, Presidente.

(Manifestações nas galerias.)



**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS):** Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara, e toda a mobilização aqui da sociedade envolvida em dois projetos de lei que nós temos de alta repercussão polarizada. Eu diria que é isso. Há poucos minutos, eu estava em um almoço, Ver. Pedro Ruas, onde empresários estavam debatendo o baixo nível de aprendizado das nossas crianças de Porto Alegre, que está na penúltima colocação no aprendizado. E esta Câmara de Vereadores, que custa milhões de reais por minuto para Porto Alegre, debate temas que não vão mudar a realidade de Porto Alegre, debate temas que vão polarizar nas redes sociais, com um gritando “Lula” e o outro gritando “Bolsonaro”. Nós tivemos corrupção no governo Lula e temos corrupção no governo Melo, na educação. Da mesma maneira que ninguém quer, Ver.<sup>a</sup> Barth, que se fale de ideologia de esquerda nas escolas, ninguém quer receber o livro do Jajá, galera, nas escolas. Ninguém quer gastar milhões de reais com um livro que tem erros de português e de matemática. Ideologia serve tanto para a direita quanto para a esquerda; e o trabalho de vereador serve para a direita e para a esquerda. Foi o protagonismo desta Câmara de Vereadores que conseguiu identificar os erros que havia nos livros que estavam para ensinar as nossas crianças. Crianças essas que ficaram em penúltimo lugar no aprendizado entre as capitais do Brasil. Vergonha que eu tenho da polarização que se faz em relação à educação, que não leva a educação a evoluir. Vergonha eu tenho quando a gente tem vereadores, muitas vezes da direita, que têm vergonha ou medo de denunciar. Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, eu estava nesta tribuna, a senhora estava aqui, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia estava aqui, e eu vi uma coisa errada, que eu, como mãe, julguei ser errada, de uma outra vereadora da esquerda em uma escola pública. Eu, como vereadora, fui denunciar no Ministério Público em vez de só fazer discurso aqui. E compete a nós, vereadores, fiscalizar e denunciar, não polarizar pautas que não vão mudar a vida do cidadão de Porto Alegre. É disso que eu fico com pena; eu fico com pena das crianças. Mas sabem de quem eu tenho mais pena? Dos pais que vão para a urna ver essa polarização; dos pais que acreditam nessa doutrinação; dos pais que vão ver vídeo de WhatsApp e acreditam que os seus filhos estão sendo criados por massas de manobra. Eles são a massa de manobra dessas redes sociais. Compete aos pais protegerem seus filhos; aos pais trazerem o protagonismo para dentro de casa, e isso aqui os vereadores não falam. É importante que os pais participem da educação, assim como é para esta Câmara de Vereadores saber o que está sendo comprado e fiscalizar sem ideologia. Se está errado o governo Lula, está errado o governo Melo. Eu queria ver essa direita aqui, que grita contra o Lula, gritar contra o esquema de corrupção que prendeu secretária de um governo que durante quatro anos afundou a educação de Porto Alegre e se dizia de direita. Um governo que investiu milhões de reais para o empresário. É com essa indignação que eu falo aqui, não para as crianças – essas crianças nós temos que salvar –, mas para os pais que veem esses vídeos polarizados e acreditam nessa demagogia

política. Eu acredito numa política muito maior e acredito na capacidade desta Câmara de Vereadores de fazer isso. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Presidente Mauro, caros colegas vereadores e vereadoras; eu devo perguntar a cada um que está aqui hoje se vocês se dão conta, se vocês sabem, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, como se constrói o conhecimento. Eu acho que é uma pergunta que vocês deveriam se fazer. Como é mesmo que se constrói o conhecimento, Ver. Ramiro Rosário? Alguma vez você já parou para pensar sobre isso? Eu quero ensiná-lo, e digo isso sem soberba. Eu quero ensiná-lo porque eu aprendi. A minha formação é na pedagogia, a minha especialização é na psicopedagogia, eu aprendi como se constrói conhecimento. Acima de tudo, eu ensino para quem não sabe, com humildade: se constrói com diálogo. Professor que transmite conhecimento ficou para trás. Isso não existe mais. As crianças aprendem discutindo. Nenhum professor, nenhuma professora discute política partidária dentro de uma escola. Esse debate não é de esquerda versus direita; de direita versus esquerda. Não se trata disso, Cláudia! Que é isso?! Quem defende essa proposta apresentada nesta Casa não deseja transformar a educação brasileira, o desejo é frear os avanços pedagógicos e sociais construídos na sociedade, construídos a partir, inclusive, da comunidade escolar, ouvindo alunos, pais, professores, assim se avançou. Parece-me que se deseja aqui é combater esses avanços e discute a nossa origem. Como a gente discute a nossa origem, professor, tratando-o como o senhor de verdade é, um professor? Como a gente reconhece e discute a nossa origem como um povo, sobre a nossa história, sobre a opressão secular dos indígenas, a história da escravização dos negros e negras, a necessária luta antirracista? E aqui me vem um dado, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, eu lembro que, na semana passada, eu usei desta tribuna para falar sobre como nos dói, como nos envergonha, como nos oprime ler as estatísticas dos estupros que acontecem no Brasil, 78% deles são contra vulneráveis. Você já pensou, Fernanda, se essa criança que sequer identifica um abuso sexual, se ela tivesse educação dentro da escola para identificar um abusador, saber que nem pai nem tio nem primo toca essa menina ou esse menino! Vocês já pensaram nisso, o quanto menos estupros de vulneráveis nós teríamos, porque essa criança teria condição de identificar imediatamente, de avisar, denunciar. A Escola Sem Partido, na verdade, é uma escola que se propõe uma escola com mordança. Aqui estão tergiversando! Aqui coloca uma cortina de fumaça! A Escola Sem Partido é uma escola de pensamento, se propõe uma escola de pensamento único, único! É isso! Pretende, de forma autoritária, silenciar as vozes que expressam a diversidade; a escola que querem calar, é calar o debate democrático sobre a realidade e sobre as desigualdades, é sobre isso! Quem somos nós, vereadores? Os professores e as professoras, além de ganharem pouco salário, querem que esses professores trabalhem com medo, é isso que querem impor! Mães e Pais pela Democracia aqui presentes, é isso que querem impor: um professor, uma professora com medo de falar

sobre as desigualdades, a diversidade que existe em nossa sociedade. Eu afirmo, nós lutamos por igualdade e pelo fim de toda e qualquer discriminação e opressão. Educar é, acima de tudo, analisar as realidades que existem na sociedade; negá-las é um ato autoritário típico de quem defende o pensamento único, nunca de quem defende a liberdade e a emancipação. Portanto, Escola Sem Partido significa escola de um único partido, é escola com mordação. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste e os que estão presentes aqui em nossa plenária; eu venho trazer algumas informações sobre a decisão do Ministério Público a respeito do abrigo Centro Vida. Nós sabemos que, nessa catástrofe, entraram em Porto Alegre mais de 10 mil animais. Entraram pelo Gasômetro, São Pedro, Conde de Porto Alegre, Cairu, Sarandi, e vieram animais de outros municípios, sim, e os prefeitos estão quietos, Eldorado, Guaíba, Mathias Velho – eu me refiro mais a Mathias Velho que era o grande caos – e também de outros lugares que foram chegando, e não se deixou de proteger os animais e as pessoas. Então, Porto Alegre foi a grande abertura que eu já previa, a proteção já previu o que poderia acontecer com todos esses animais albergados aqui. Os voluntários deram o *start* abrindo locais, eram em condomínios, era quem tinha espaço de 20 a 100, 200, e o Centro Vida chegou a 600. Então, eu não venho aqui criticar coordenadores que por lá passaram, voluntários, foi o que tinha, e o Centro Vida é do Estado, é um prédio que já está em risco, ele tem umidade, mas lá muitas pessoas foram também albergadas. E, desses animais, estima-se que tenham em torno de 4 mil em lares temporários, sabem o que é isso? Não quer dizer que essas pessoas ficarão com esses animais. Nós temos em torno de 500 ainda em quatro abrigos. Então, eu conclamo todos aqueles que querem se envolver com a causa e se sensibilizam que o ex-abrigo Ararigboia tem só 9 animais, mas são animais sem raça definida – vamos ajudar a adotar. Nós temos 280 ainda no Centro Vida, que vão ter que sair conforme o Ministério Público acatou a denúncia do Conselho de Medicina Veterinária, terão que sair em 10 dias, 280 animais. E nós precisamos da população para adotar esses animais, já que vieram muitos de outros municípios, são animais SRD. Como o Ministério Público acatou a denúncia do Conselho de Medicina Veterinária, que deve apontar as situações irregulares, também o conselho deveria ter se dedicado mais a Porto Alegre, ele foi mais para Canoas, estavam presentes lá. Aliás, todos os veterinários que vieram de fora instalaram-se em Canoas; Porto Alegre ficou com os voluntários, com prédios cedidos pela Prefeitura, com atendimento da Defesa Civil do Estado, com a Defesa Civil de Porto Alegre e também segurança em local que foi necessário. Veterinários contratados emergencialmente, o Centro Vida ganhou 13, não é muito, mas são 13 veterinários contratados. Aproveitaram o contrato do Jovem Aprendiz para ficar nas recepções, mas claro que faltou. À medida que foram saindo os voluntários, faltaram auxiliares para a

limpeza, para a lavagem das rouparias, porque tem cobertor para os animais, tem roupinha, e isso eu lamento que estejam faltando voluntários. Nós ficamos no Centro Vida durante 60 dias fazendo voluntariado enquanto a Câmara estava fechada.

Então nós queremos dizer que não concordamos com maus-tratos, mas, para nós buscarmos essa solução, não é só criticar a coordenação que é privada e que está lá no Centro Vida, e também criticar a Prefeitura. A Prefeitura não consegue fazer esse encaminhamento de todos esses animais. Também, como Porto Alegre é capital, recebeu todos os animais, não vai agora começar a devolver não se sabe nem para qual município. Meu apelo é que ajudem, pois tem muitos animais para adotar, não é só fazer fotinhos com animais bonitinhos, Ver. Freitas, temos que fazer esse encaminhamento. Onde a gente tiver público, vamos pedir o apoio para ajudar a resolver essa questão, que a Prefeitura tem dez dias para resolver no Centro Vida. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO):** Muito boa tarde, Presidente Mauro, senhores vereadores, e todos aqueles que nos assistem no plenário e na TVCâmara. Eu queria de pronto me dirigir à minha colega, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, como já conversei com ela, o meu posicionamento aqui não é um posicionamento pessoal com ela, mas o meu confronto é com ideias, é com projetos. Eu fui procurado por um empresário que trabalha no segmento de *pets*, de venda de material e outras coisas afins, outros produtos afins, e eu estou vendo aqui uma placa dizendo que animais não são produto e, de fato, não são. Mas esse projeto específico que a minha colega colocou para que seja apreciado pelos vereadores, eu acredito que ele é um projeto baseado numa situação isolada, porque as enchentes, as águas, elas tomaram conta de Porto Alegre e especificamente num lugar muito bem protegido, que tem todo o amparo de segurança, ali as águas entraram. E as águas causaram um malefício para essa empresa chamada Cobasi. E vou dizer muito bem que essa imprudência da empresa Cobasi, ela tem, sim, que ser apurada, e está sendo apurada, e as responsabilidades estão sendo dadas, mas o que está sendo colocado pelo Ministério Público não está fazendo cócega, porque ela é uma empresa muito bem estruturada e ela não está nem aí, não está nem aí!

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO):** Então, nós não podemos pegar um fato isolado, porque o único fato que veio para a mídia foi da Cobasi. A gente não ouviu falar de outras empresas pagadoras de impostos. A gente não ouviu falar de outras empresas, que empregam pessoas, que cometeram, com menos estruturas, o que a Cobasi cometeu. Então nós precisamos ressaltar aqueles que fazem o seu trabalho bem feito, e esse projeto visa fechar, ele visa impedir que esses trabalhadores, pais de famílias, pessoas que empregam e que pagam impostos... Porque toda a estrutura que a

Ver.<sup>a</sup> Lourdes colocou aqui, que é muito importante, toda a proteção dos animais é feita também com o apoio do poder público, e o poder público só pode dar esse apoio de amparo aos animais através dos impostos que esses trabalhadores pagam. Então, nós precisamos entender que esta roda gira e ela precisa contemplar todos. E eu, hoje, quero me posicionar muito a favor da continuidade e quero derrotar, quero dar um “não” muito redondo a esse projeto – respeitoso, sim, à minha colega –, mas “não” ao projeto. Por quê? Porque nós precisamos dar apoio, porque, nesse contexto onde a adoção está sendo conclamada, as pessoas também têm o direito de adquirir cachorros, gatos, *pets* e toda forma de animais que não estão no contexto da doação. A doação é uma opção, as pessoas têm o direito de querer adotar, ou de querer comprar, então esse é um direito, e nós estamos numa democracia e precisamos defender o direito de escolha. Eu não estou contra aqueles que defendem e nem contra aqueles que trabalham e pagam imposto para que o bem social e o bem dos animais possa ser preservado. Eu quero me posicionar, o União Brasil vai votar contra esse projeto. Muito boa tarde.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Vereador Mauro, colegas vereadoras, vereadores, agradeço, Ver. Robaina, líder da oposição, pela cedência desse tempo. É bom que se possa discutir; discutir com ideias, com proposições, com ações. No dia em que amanhecemos com a manchete desabonadora a Porto Alegre, da capital brasileira que mais piorou a educação, nós somos confrontados com o debate que não tem lógica. Escola Sem Partido, ou escola sem doutrinação. Em primeiro lugar, não sei como alguém, nos dias atuais, possa acreditar em doutrinação. Escola é local de ensino e aprendizagem. Eu fui professor por muito tempo, e o pessoal a quem eu dava aula, inclusive em cursinhos particulares que pagavam, voltavam e se matriculavam não porque eu era do PT, não porque eu era de esquerda, não porque eu fazia proselitismo – eu não faço proselitismo, eu dava aula, mas todos sabem da minha posição política. Então, isso é uma bobagem inacreditável que só aparece aqui em agosto, véspera de eleição. E nós vamos perder tempo discutindo um tema insolúvel; no mundo inteiro professores têm ideologia. O mundo é um mundo dividido em ideias. Vejam os Estados Unidos: alguém poderia imaginar que, quando foi fundada a nação norte-americana, em 2024, o Partido Republicano seria de extremíssima direita e o Partido Democrata seria chamado de esquerda? Que conceitos são esses? Esses conceitos não se sustentam no ar, desmancham no ar. Escola sem doutrinação? Mas doutrinação é o que as crianças estão recebendo todo dia pelo WhatsApp, pelo Facebook, pelo Instagram e pelo TikTok, isso é doutrinação. Ou o que vocês acham, quem é o Elon Musk? O bandido-mor da extrema direita. Esse, sim, tem nome; nós sabemos quem é, ele não quer o estado, ele quer meia dúzia de pessoas mandando nas pessoas, na cabeça das pessoas. Então não existe escola como esse projeto quer, não existe isso, gente; a escola tem que ser algo pujante, tem que ser algo agradável para a criança, tem que ser acolhedora. Vamos para as escolas do Município; por isso que

nós estamos indo ladeira abaixo. Escolas em que faltam as bibliotecas. E o que diz uma pessoa em um debate, lá na Zona Norte? “Não, chegaram os livros de São Paulo”. Que livros? Aí, a outra diz: “não, mas não chegaram aqui no nosso colégio”. Não foi comprado um livro com recurso público no Município, no Estado, de editora local, de escritor local para repor e recompor as bibliotecas. E nós queremos discutir escola sem doutrinação, escola sem partido? Não, nós temos que dar condições para os professores voltarem a dar aulas junto com os seus alunos, com esse amargo regresso pós-enchente. Esse é o verdadeiro debate. Não é quem grita mais alto e quem apresenta projetos de leis estapafúrdios. Nós temos, nesta Casa, alguns projetos de lei que são meramente ideológicos, de disputa ideológica; e depois vêm aqui me dizer que não querem disputa ideológica nas escolas, mas começa por aqui, a Casa do Povo. Aqui a gente tem que falar que isso aqui é eleitoreiro, que não vai levar a nada, que as escolas de Porto Alegre estão indo barranco abaixo. Eu nem vou falar no processo – nós estamos no quarto secretário – e na corrupção que houve nessa secretaria, isso todo mundo já sabe. Não existe a escola que vocês querem; existe, infelizmente, a escola amarga para os nossos filhos, existe o professor completamente amargurado, e as comunidades desnordeadas. Nós queremos luz, e é por isso que nós lutamos pelo Iluminismo, contra a repressão, contra o preconceito. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE):** Vou plagiar aqui o Ver. Jonas: Povo de Porto Alegre; olha só, nós, hoje, aqui, discutindo a educação, mas na miudeza. Pensei que hoje, pensei que era segunda, esta Casa iria discutir a realidade da educação. Saiu o último IDEB, que diz como está a nossa educação. De acordo com o IDEB, a nossa educação está no penúltimo lugar das capitais brasileiras. Conforme o IDEB, a educação no nosso Estado está em 11º lugar, nós, que já fomos, no Brasil, referência em educação – referência estadual, referência municipal em educação. Nós temos que discutir é o acolhimento a esses alunos. Nós temos que discutir a inclusão dentro das escolas. Nós não temos, nas escolas, sala de acolhimento, inclusão às crianças autistas, por exemplo, síndrome de Down; temos rampa em escola para os cadeirantes, para os deficientes. Nós temos que discutir a evasão escolar que a cada ano vem aumentando mais, ela teve o seu pico na covid, mas ela mantém a evasão escolar lá da covid.

Nós temos que discutir, quando uma empresa, para contratar um funcionário, ela faz um simples ditado e esse funcionário se atrapalha com as letras, como se dizia antigamente. Nós temos que discutir como o nosso Rio Grande do Sul e a nossa cidade, que já tiveram os melhores índices de educação, que estiveram lá na ponta da educação, hoje estão lá embaixo na educação. Eu acho que nós temos que discutir a escola que nós queremos, uma escola que realmente não fique só no bê-á-bá. Disseram que iam fazer uma nova educação. Não precisa ser uma nova educação, não precisa ser uma nova

educação, tem que ser a educação que formou, na escola pública, os cientistas; que formou, na escola pública, os administradores; que formou, na escola pública, os políticos, ex-prefeitos de Porto Alegre, a escola que foi sucateada, destruída. Quando eu estava na escola, o sonho de todo aluno da minha idade era estudar em três escolas em Porto Alegre: o Julinho, o Instituto de Educação e o Parobé. Era um concurso, o cara chegava no baile e perguntavam: “Onde é que tu estudas? Eu estudo no Julinho.” Bah, o cara é crânio. Estuda onde? “No Parobé.” Bah, o cara... Hoje em dia a escola pública está sucateada. Foi sucateada para quê? Por quê? Para favorecer as escolas particulares. Favorecer as escolas particulares. Aí tu pegas o índice das escolas do Rio Grande do Sul, a primeira escola de Porto Alegre aparece em 14º lugar, se eu não me engano, é o Colégio Tiradentes, é a primeira que aparece. Mas antes do Colégio Militar ou do Tiradentes, ou seja o que for, ou uma escola cívico-militar que aparece em primeiro lugar, em 14º, em Porto Alegre, as outras 13 são todas escolas públicas do interior do Estado. A primeira é uma escola de Farroupilha, pública, do interior do Estado. Como é que pode, lá no interior estar em primeiro e aqui na capital nós estarmos em último? A escola tem que acolher, ela tem que se preparar para receber as crianças com deficiência, ela tem que discutir, tem que discutir o estatuto, o Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, políticas de meio ambiente, de trânsito, para formar esse cidadão. Agora, o que seria uma escola que tem ensino religioso? Essa escola vai discutir o judaísmo, a umbanda, a quimbanda, o candomblé, o evangélico, o ateu, os batistas, ou ela só vai discutir o catolicismo? Isso é o fundo. Nós vamos discutir a história verdadeira dos donos dessa terra? Nós vamos discutir essa história verdadeira da colonização do Rio Grande do Sul? Quem nos colonizou? Os italianos, os alemães, os espanhóis que para cá vieram? Quais eram as condições que vieram? Como chegaram aqui? Os portugueses que colonizaram? É essa escola que nós queremos para os nossos filhos, para não serem enganados e ludibriados que nem nós fomos, mas, principalmente a qualidade dessa educação. Volto a frisar aqui: o Rio Grande do Sul ficou em 11º lugar, vergonhosamente, e Porto Alegre ficou em penúltimo lugar das 27 capitais brasileiras. Então, eu acho que é muito mais profunda a nossa discussão na educação do que nós estamos falando. A minha filha está estudando, foi para o 1º ano, e se eu acompanhar o estudo da minha filha e ver que algo não está condizente com a educação da nossa família, com a educação que a gente acha, eu vou lá conversar com a escola e com a professora. Agora, o principal que tem que ter nas escolas em Porto Alegre, volto a afirmar aqui, é o acolhimento aos diferentes, é o acolhimento e a inclusão dos excluídos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** (15h30min) Havendo quórum, passamos à

#### **ORDEM DO DIA**

**Vereador José Freitas (REPUBLICANOS) (Requerimento):** Sr. Presidente, quero orientar os colegas a votarem “não”, aceitarem o veto ao PLL nº 573/23.

Solicito a alteração da ordem da priorização de votação, a inversão do PLL nº 676/23 e do PLL nº 056/23 e a retirada do Requerimento nº 058/24 da priorização de votação.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Está feito o seu registro do PLL nº 573/23, que tem o veto parcial do Executivo. O senhor, que é o autor do projeto, está dizendo que concorda com o veto do prefeito e pede o voto “não”.

**Vereador José Freitas (REPUBLICANOS):** Isso.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Só quero fazer uma correção aqui também, na nossa Ordem do Dia. Nós tínhamos feito o acordo com a Ver.<sup>a</sup> Mônica, numa reunião dos líderes, que seria o primeiro de quarta-feira; inclusive, teve segunda-feira e a vereadora pediu para que fosse quarta-feira. Então, o acordo é para que o primeiro projeto a ser votado após o veto do prefeito seja o projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. E agora o senhor faz um requerimento para trocar o PLL nº 676/23 pelo PLL nº 056/23, aí o seu ficaria o número três no dia de hoje.

**Vereador José Freitas (REPUBLICANOS):** Isso.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, referente à inversão dos projetos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador José Freitas (REPUBLICANOS):** E o terceiro pedido é retirar da priorização de votação o Requerimento nº 058/24.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando que o Requerimento nº 058/24 seja retirado da priorização de votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento):** Presidente Mauro Pinheiro, eu gostaria de apresentar um requerimento à presidência. Nós vimos aqui várias lideranças usando a palavra, eu confesso para o senhor, Presidente Mauro Pinheiro, que o tema da educação é um tema muito caro. Nós tivemos, este ano, uma secretária de Educação presa, escolhida pelo prefeito, a qualidade da educação desabou, e nós, na Câmara de Vereadores, não podemos perder tempo com projetos que são projetos inconstitucionais. Nós tivemos agora esse projeto apresentado. Foi um projeto – talvez o Dr. Luiz Afonso possa me corrigir – apresentado originalmente em 2016/2017 pelo então Ver. Valter Nagelstein, que sequer pode concorrer, porque ele foi julgado como ficha-suja por crime de racismo. Aí veio a vereadora da extrema direita resgatar esse projeto, que é um projeto inconstitucional. Eu, Presidente Mauro, estou apresentando um



requerimento solicitando que seja declarada a prejudicialidade da tramitação desse projeto, do PLL nº 124/2016, é de 2016, portanto, o projeto, baseado no nosso Regimento Interno. O Regimento prevê, Presidente Mauro e Dr. Luiz Afonso... Qual é o problema que nós temos? Nós temos um projeto para ser discutido pela Câmara, infelizmente, já está se debatendo mais do que se deveria, que é claramente inconstitucional. O meu requerimento é um requerimento de oito páginas, eu, evidentemente, não vou lê-lo aqui, porque seria um tempo muito grande para a leitura, mas eu estou baseando esse requerimento, Presidente Mauro, em primeiro lugar, num precedente legislativo de agosto de 2017, diretor Luiz Afonso. O precedente legislativo define o seguinte: “Ficam declarados manifestamente inconstitucionais os projetos, os substitutivos e as emendas que invadam a competência legislativa privativa e exclusiva da União e do Estado, bem como a competência legislativa concorrente entre os entes federativos antes citados, e/ou, ainda, que atentem contra cláusulas pétreas da Constituição Federal.” Esse foi o precedente legislativo. Antes desse precedente legislativo, nós tivemos, Presidente Mauro, um parecer do procurador da Casa, vejam só, vereadores e vereadoras, é um parecer do procurador de 2017. Essa senhora insiste em trazer esse tema inconstitucional para cá. É meu direito, a bancada da extrema direita fica nervosa, porque vocês são os campeões de defender projetos irracionais, inconstitucionais, antipopulares; então não adianta vocês ficarem nervosos. Eu quero, portanto, Presidente Mauro, só lhe chamar atenção, porque o nosso Regimento Interno define que a prejudicialidade será declarada de ofício pelo Presidente ou a requerimento de vereador, sendo dado conhecimento dela ao autor – no caso a Fernanda Barth, eu acho que a Comandante Nádia e o Ramiro, o Ver. Ramiro –, ou ao plenário, conforme o caso. E no nosso Regimento Interno define, com isso concluo, Presidente Mauro, que será considerada prejudicada a proposição principal, emenda ou substitutivo que tratar de matéria já declarada manifestamente inconstitucional, ilegal, inorgânica ou antirregimental. E esse projeto da Escola sem Partido é inconstitucional; então ele não tem nem que ser votado, e a Câmara dos Vereadores tem que parar de perder tempo com essas propostas da extrema direita, que só quer fazer campanha eleitoral e não resolver os problemas da cidade de Porto Alegre. Esse é o requerimento que eu tenho para lhe entregar.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Ver. Robaina, quanto à inconstitucionalidade ou não, aqui pela CCJ, que é o órgão da Casa que faz esse julgamento, e temos um conjunto de vereadores que votam, o relator na época, o Ver. Reginaldo Pujol, dá pela inexistência de óbice de natureza jurídica e para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 quanto ao mérito e pela aprovação do projeto e da Emenda nº 01. Já foi julgado pela CCJ, então a esfera da Casa que faz esse julgamento é a CCJ. Quanto à parte da determinação judicial, que declarou a nulidade da votação realizada no dia 19 de dezembro de 2019, ela foi pela questão de não ter sido feita, pela Casa, audiência pública, que já foi sanada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth. Portanto, o projeto, num primeiro

momento, está apto a ser votado e deixaremos democraticamente os vereadores tomarem a decisão. Vamos encaminhar o seu requerimento, através da DL, para que a gente possa ver se há alguma coisa diferente disso, mas eu acredito que o projeto está em condições de ser votado.

**Vereadora Fernanda Barth (PL):** Presidente, é muito claro e evidente, para mim e para todos que estão a favor do projeto aqui na Casa, que a esquerda quer ganhar no tapetão! Sabem que vão perder no voto e querem impor algo que não existe. Eu segui todos os trâmites determinados por esta Casa para o desarquivamento e o reencaminhamento desse projeto; organizei a audiência pública, ela foi publicada, ela foi muito boa, teve a presença inclusive de vereadores aqui da Casa. Cumprimos todos os trâmites legais e o projeto está apto e pronto para ir à votação. Muito obrigada.

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Presidente, como líder do Partido Novo, eu não posso deixar de manifestar e cumprimentar V. Exa., porque a extrema esquerda está tentando censurar este Parlamento. Graças a Deus, Porto Alegre tem a sua democracia ativa na sua pessoa, parabeno também a Diretoria Legislativa, porque temos visto a extrema esquerda sequestrar pessoas na Venezuela: onde está a María Oropesa? Essa pergunta tem que ser respondida pela extrema esquerda, que se associa ao que há de pior. O que o Robaina faz, neste momento, é o que há de pior no mundo, tentando censurar um Parlamento democraticamente eleito, para não votar o projeto de lei. Meu repúdio a essa tentativa de censura ao Parlamento de Porto Alegre.

(Manifestações nas galerias.)

**Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCL nº 022/24, que é de minha autoria.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Considera-se apregoadá a retirada da Emenda nº 01 ao PLCL nº 022/24.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Presidente Mauro, bem breve.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Que seja breve.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Apenas para registrar, evidentemente que a decisão cabe ao senhor, mas, quando a CCJ da Câmara deu o parecer favorável ao prosseguimento do projeto, nós não tínhamos ainda esse precedente legislativo nº 03, que foi votado em agosto de 2017. Se nós já tivéssemos esse precedente – e agora já temos –, esse projeto não poderia ser votado. Agora, se o senhor acha que a Câmara pode votar, eu espero que a Câmara não passe vergonha, como já passou quando votou o Dia do

Patriota, por exemplo. Mas eu acredito que isso não ocorrerá e que nós vamos derrotar, no voto, esse projeto inconstitucional da extrema direita.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Feitas as considerações.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0964/23 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 573/23**, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui inc. XIII no art. 21, § 4º no art. 49 e § 7º no art. 39; altera o inc. I do art. 31-B, o caput do art. 39 e o caput do art. 41; e revoga o inc. II do art. 15 e o inc. II do art. 17, todos da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014, e alterações posteriores – que institui o serviço público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre –, e revoga a Lei nº 11.466, de 29 de julho de 2013, acrescentando direito ao motorista de utilizar veículo totalmente elétrico, alterando a potência permitida para a utilização de GNV em veículos na frota de táxi, concedendo reajuste tarifário anual, acrescentando modalidade de pagamento da tarifa por PIX, alterando o índice de correção anual da tarifa, excetuando o sorteio de vaga de ponto fixo em caso de permuta entre autorizatários e isentando de pagamento nas áreas de estacionamento rotativo o condutor que estiver prestando serviço de Transporte Individual por Táxi e permanecer no interior do veículo. **(SEI 034.00401/2023-31)**

### **Pareceres:**

- da CCJ. Relator Ver. Giovane Byl: pela manutenção do Veto Parcial;
- da CEFOR. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela manutenção do Veto Parcial;
- da CUTHAB. Relator Ver. Pablo Melo: pela manutenção do Veto Parcial;
- da CEDECONDH. Relator Ver. Cláudio Conceição: pela manutenção do Veto Parcial;
- da COSMAM. Relator Ver. Aldacir Oliboni: pela manutenção do Veto Parcial.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 15-08-24 (quinta-feira).

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Em discussão o [PLL nº 573/23](#), com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.)

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT):** Questão de encaminhamento. O vereador autor concorda com veto, Ver. José Freitas?

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** (Após a apuração nominal.) **REJEITADO**, em sua parte vetada, o projeto por 3 votos **SIM**; 25 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Alvoni Medina e da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, ao PLCL nº 022/24.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Pablo Melo e da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, ao PLCL nº 022/24.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCL nº 022/24.

Apregoo as Emendas nº 03 e nº 05, de autoria do Ver. Pablo Melo e da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, ao PLCL nº 022/24.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Cassiá Carpes e da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, ao PLCL nº 022/24.

Reiteramos o requerimento verbal da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCL nº 022/24.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0346/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/24**, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que altera os arts. 5º e 72-A, o caput do art. 23 e o inc. II do art. 78, inclui incs. V e VI no art. 23 e revoga os incs. I, II, III e IV do art. 23 e os arts. 24, 25 e 26, todos da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga a legislação sobre o tema –, vedando a comercialização de animais em pet shops e estabelecimentos comerciais. **(SEI 038.00053/2024-89)**

### **Parecer:**

- da CCJ. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 14-08-24 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Em discussão o [PLCL nº 022/24](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente em exercício, José Freitas; vereadoras e vereadores; público que nos dá a honra da presença no dia de hoje; vejam só, a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assumidamente é uma vereadora de direita, e sempre foi. Eu estou há muitos e muitos anos aqui, eu sou o decano, eu sou o único vereador aqui dos anos de 1980. Eu convivi muito com o pai da vereadora, Pedro Américo Leal, que era um homem de direita, como é a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal de direita. E eu quero dizer que nós examinamos o mérito dos projetos e não, a ideologia de seu autor ou da sua autora, e o mérito desse projeto, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, é indiscutível. Indiscutível do ponto de vista de não poder ser questionado, por quê? Porque ele preserva a vida. Eu digo isso para que não nos acusem de radicais: “O projeto veio da direita, não se vota”. Não! Nós vamos votar e vamos aprovar, porque esse projeto proíbe a venda de animais em *pet shops*. Proíbe! Proíbe, esse projeto proíbe, e nós queremos a proibição! Nós lutamos pela proibição!

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Não importa! Podem se manifestar, podem vaiar, eu gosto de votar sob aplauso e sob vaia, os dois jeitos me agradam, e gosto de defender da tribuna, gosto de confrontar olho no olho! O projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal tem todo o nosso apoio, todo o nosso apoio e será vitorioso nesta Casa, porque é um projeto que defende a vida, é um projeto que defende os melhores valores que temos. Alguém esquece do que ocorreu há pouco tempo nas enchentes com os animais que foram preteridos em relação aos computadores? Alguém esquece disso? Presidente, o pessoal pode me vaiar, eu não tenho problema com vaia, às vezes até me estimula, mas eu quero só poder falar, só quero que segure meu tempo.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Eu pausei aqui. Pessoal...

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu não quero cercear o direito de ninguém, podem vaiar à vontade! Só me deixem falar um pouquinho aqui.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Eu pausei aqui o seu tempo. Pessoal, vamos respeitar o vereador na tribuna; depois da manifestação dele, aí pode vaiar, pode bater palmas, enfim, podem fazer sua manifestação.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu vou aí ouvir as vaias, se quiserem. Eu só queria falar, e estou concluindo. Eu defendo o direito de vaiar, quero dizer isso, mas tem que ser antes, ou depois, ou no espacinho que a gente abre para a vaia. Eu me comprometo em ir aí conversar, ser vaiado, enfim, eu não tenho problema com isso, nenhum, e defendo direito da vaia. Agora, é um projeto que preserva o direito à vida dos animais, que estão ali já em condições difíceis, estão presos, estão em cativeiro para serem vendidos, para serem trocados por moedas. Pois bem, aí vem uma chuva torrencial, vem as enchentes... E todo mundo acompanhou em Porto Alegre, foi um escândalo! Eles foram preteridos, eles não foram retirados, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Enquanto eram salvos os computadores, os arquivos, os cadastros, os animais morriam afogados sem ter chance sequer – sequer! – de nadar, porque estavam presos. Então, ser contra um projeto desses é ser contra princípios básicos da humanidade de defesa da vida. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, conte com o nosso apoio integral. Parabéns, obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Gostaria de fazer uma retificação, que a emenda que a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel retirou foi a Emenda nº 01.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 022/24.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL):** Obrigada, Presidente Freitas, colegas vereadores, público que nos assiste. Eu fico impressionada com a esquerda que, neste momento, está apoiando um projeto totalitário, um projeto que me parece que vem do Maduro, do Chávez, do Fidel. Um projeto que efetivamente diz que defende vidas, mas são esses mesmos vereadores que vão vir aqui falar a favor do projeto que são a favor do aborto indiscriminado. Bicho é defendido, mas criança no ventre da mãe, não. Vejam que estranho, mas eu venho aqui defender ambos sem hipocrisia, sem falar efetivamente que, como querem nesse projeto, se o cachorro está com pulga, querem matar o cachorro, não querem matar as pulgas. E eu venho dizer aqui que é um projeto do partido das pessoas pelo desemprego, são essas pessoas que não querem emprego em *pet shops*, que não querem o emprego em lojas que comercializam animais, são esses mesmos que vieram outrora aqui falar contra o canudinho de plástico que matava as tartarugas. Vejam bem, seria bom verem como votaram os vereadores da época, que eram a favor das tartarugas, mas que não são a favor da educação, da fiscalização. Com todo respeito que eu tenho à Ver.<sup>a</sup> Mônica, coitado do seu pai, que com certeza deve estar envergonhado neste momento. (Vaias.) Porque isso não é projeto de pessoas pela liberdade econômica, não é projeto de pessoa de direita, porque nós, da verdadeira direita, somos a favor do emprego, da liberdade econômica. Nós temos, sim, a defesa pela vida

dos animais, mas fazendo a fiscalização. A *pet shop* que não cumpre com o dever de bem cuidar dos animais deve ser fiscalizada e fechada. Agora não podemos querer passar pano em todo mundo, a régua não é igual para todos. *Pet shop*, empresas que comercializam animais e que não estão de acordo com a regulamentação devem ser fechadas, mas não é o que acontece na maioria. Ver.<sup>a</sup> Lourdes, a senhora, que é pela causa animal e que eu a reconheço como a causa animal, muito bem falou nesta tribuna... Não podemos ter um projeto efetivamente do Lula, como fala aqui meu colega ali do PT. E é muito engraçado...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL):** É muito engraçado que a esquerda está junto da Ver.<sup>a</sup> Mônica. Vereadora, eu lhe peço, retire esse projeto, retire esse projeto. Não vamos passar vergonha nesta Casa, retire o projeto para ficar zero a zero, porque a CDL...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL):** A CDL, o Sindilojas e todas as associações que trabalham com o empresariado já pediram para votar “não” nesse projeto, e a senhora recebeu vários *e-mails*...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL):** Por favor, Presidente.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Pessoal, por gentileza, vamos respeitar o vereador na tribuna, a manifestação após, por gentileza.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL):** CDL, Sindilojas, todos os outros sindicatos que trabalham com empresários já pediram para esse projeto ser arquivado, ou, se for votado, que se vote “não”. A Ver.<sup>a</sup> Mônica recebeu, inclusive, manifestação de vários presidentes pedindo, Cecchim, para que o projeto fosse arquivado, porque não é bom para a cidade. Nós estamos aqui, enquanto vereadores da verdadeira direita, dizendo que a liberdade econômica traz emprego, traz renda, traz comida para o trabalhador. E não é censurando, não é tratando Porto Alegre com totalitarismo que nós vamos melhorar a vida dos animais, mas, sim, prestigiando, mas, sim, beneficiando, mas, sim, dizendo que os bons empresários de *pet shops*, os bons empresários de lojas que comercializam animais, devem continuar existindo com muita tranquilidade. Não a esse projeto totalitarista.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, vereadora.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Presidente, questão de ordem. A vereadora não respeita o tempo. Falou um monte de besteira e ainda passou dos 5 minutos.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Feito o registro.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Presidente, uma questão de ordem.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Só um pouquinho, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Pessoal, só um minuto, por gentileza, tem vereador no microfone de apartes.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Em que pese, a vereadora que usou a tribuna saiu do meu partido deixando uma dívida de R\$ 3,7 milhões.

(Manifestações nas galerias.)

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Renunciou, 48 horas, a candidatura ao Senado! Quase cometeu falsidade ideológica nesta Câmara, ficando em dois partidos! Teve uma funcionária lotada no Senado, que tinha senha, que utilizava as redes sociais, WhatsApp, que fazia pareceres. Em que pese, é uma pessoa que não merece nenhuma consideração. Eu faço um requerimento para que ela retire qualquer fala em nome do coronel Pedro Américo Leal: vereador, deputado, secretário de segurança, ex-chefe de polícia e meu pai, com muito orgulho.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Feito o registro, Ver.<sup>a</sup> Mônica.

**Vereadora Comandante Nádia (PL):** Gostaria de registrar...

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Só um minuto, pessoal.

(Manifestações nas galerias.)

**Vereadora Comandante Nádia (PL):** Muito obrigada, Presidente. Fico muito preocupada com a Ver.<sup>a</sup> Mônica, que deve estar esquecida, pois ela recebeu R\$ 150 mil do valor que eu repassei, para ela fazer a sua candidatura, que está.... Posso falar?

(Manifestações nas galerias.)



**Vereadora Mônica Leal (PP):** Do fundo nacional, se não passar, no mínimo 150, embolsou tudo isso?

**Vereadora Comandante Nádia (PL):** Olha, eu não vou bater boca aqui, mas eu gostaria depois de receber...

(Manifestações nas galerias.)

**Vereadora Comandante Nádia (PL):** Presidente, já que a Ver.<sup>a</sup> Mônica falou...

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Pessoal, pessoal, por gentileza, tem vereador no microfone de apartes, vamos respeitar, por gentileza, depois façam sua manifestação.

**Vereadora Comandante Nádia (PL):** Presidente, eu trabalho aqui com muita responsabilidade, não fico batendo boca com pessoas que estão fora de si, mas eu gostaria de receber, por escrito, do pessoal da taquigrafia, o que a Ver.<sup>a</sup> Mônica acabou de dizer aqui, que eu embolsei o fundo eleitoral, que isso é gravíssimo. Essa vereadora que gosta muito de apontar o dedo para todo mundo, que vai colocar na justiça, essa vereadora que receba bem essa sua fala, ou ela retire isso aqui, porque senão nós vamos conversar na justiça, porque o que ela falou, além de ser uma calúnia e difamação, está indo contra o meu caráter, e ela sabe muito bem de onde eu venho. Muito obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Feito o registro, vereadora.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Eu também quero as falas taquigráficas, onde essa vereadora, que se intitula comandante, que não é mais comandante, porque não está na ativa, fala do meu pai, Pedro Américo Leal. E provo o uso de R\$ 3,7 milhões na campanha para o Senado, tendo renunciado 42 horas antes.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Feito o registro, vereadora.

**Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel.

(Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum.

(16h08min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## **PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0860/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 419/22**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Coletivo Cuca Congo, que torna obrigatório divulgar, em aba informativa no site da Prefeitura, os eventos culturais propostos pela comunidade negra no Município de Porto Alegre. **(SEI 253.00006/2022-10)**

**PROC. Nº 0294/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 154/24**, de autoria do Ver. José Freitas, que determina a obrigatoriedade das casas de repouso e outras instituições privadas destinadas à permanência de idosos no Município de Porto Alegre instalarem, em suas dependências internas e áreas comuns, sistema de monitoramento por câmeras de vídeo que possibilite o acompanhamento dos idosos em tempo real pela internet. **(SEI 034.00177/2024-68)**

**PROC. Nº 0411/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 201/24**, de autoria das Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia, Fernanda Barth e Ver. Jessé Sangalli, que estabelece proibições, pelo período de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado da respectiva condenação, a quem cometer crime de invasão a áreas ou imóveis públicos ou privados no âmbito do Município de Porto Alegre. **(SEI 025.00040/2024-12)** Observação: com Emenda nº 01, das Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia e Fernanda Barth e do Ver. Jessé Sangalli.

**PROC. Nº 0501/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 246/24**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que obriga a identificação visual do tipo sanguíneo e do fator Rh nos crachás utilizados pelos funcionários das empresas que prestam serviço público de transporte coletivo no Município de Porto Alegre. **(SEI 037.00219/2024-68)**

**PROC. Nº 0512/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 253/24**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que denomina Beco Graciliano Antunes de Gões o logradouro público conhecido como Beco Oito, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. **(SEI 161.00088/2024-75)**

**PROC. Nº 0539/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 272/24**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Nery Alves de Souza o logradouro público não

cadastrado conhecido como AC Quatro QA Quarta UV VL N Restinga. (SEI 034.00298/2024-18)

**PROC. Nº 0542/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 274/24**, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui art. 2º-C na Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009 – que institui o Portal Transparência Porto Alegre –, determinando a divulgação de informações que especifica sobre o Orçamento Participativo (OP). (SEI 034.00273/2024-14)

**PROC. Nº 0551/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 279/24**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Deny Garcia da Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como AC C SQ Um Terceira UV VL N Restinga. (SEI 034.00313/2024-10)

**PROC. Nº 0560/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 061/24**, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que concede a Comenda Porto do Sol a Marcos Paulo Magalhães. (SEI 144.00023/2024-47)

**PROC. Nº 0430/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 027/24**, de autoria do Ver. Jonas Reis, que inclui § 1º-A no art. 36 da Lei Complementar 478, de 26 de setembro de 2002 – que dispõe sobre o departamento municipal de previdência dos servidores públicos do Município de Porto Alegre e disciplina o regime próprio de previdência social dos servidores do Município de Porto Alegre –, assegurando, para fins de aposentadoria especial do professor, a contagem de tempo de serviço como equivalente à de regência de classe aos professores da Rede Municipal de Ensino que sofrerem delimitação de função quando em regência de classe ou função equivalente, enquanto perdurar a delimitação. (SEI 210.00283/2024-27)

**PROC. Nº 0472/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 030/24**, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 124, de 22 de outubro de 1985 – que dispõe sobre a colocação de anúncios de propaganda em veículos de transporte coletivo –, autorizando a exposição de anúncios de propaganda no encosto dos bancos dos passageiros dos veículos de transporte coletivo. (SEI 034.00256/2024-79)

**PROC. Nº 0451/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 020/24**, que dispõe acerca do procedimento para o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) devidas pelo Município de Porto Alegre, suas Autarquias, Fundação e Empresa Pública e dá outras providências. (SEI 118.00519/2024-47)

**PROC. Nº 0505/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 250/24**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que proíbe os motoristas de carros de serviço de transporte de passageiros por aplicativo e os de serviço público de transporte individual por táxi de

recusar o transporte de passageiro por razão religiosa, racial ou de orientação sexual, no âmbito do Município de Porto Alegre. (SEI 024.00174/2024-34)

**PROC. Nº 0514/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 254/24**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que denomina Rua Maria Laudelina Nunes de Carvalho Goes o logradouro público conhecido como Rua Sete, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro. (SEI 161.00087/2024-21)

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0314/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 017/24**, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que renumera o parágrafo único para § 1º e inclui § 2º no art. 1º-A da Lei Complementar nº 554, de 11 de julho de 2006 – que institui a autorização para o funcionamento de atividades econômicas no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, estabelecendo que as atividades dedicadas à operação de hotéis, pousadas, pensões, albergues e outros estabelecimentos congêneres, mesmo que de baixo risco, necessitarão de emissão de autorização para funcionamento no Município de Porto Alegre, precedida do exame do local e da aprovação da autoridade sanitária competente. (SEI 050.00046/2024-64)

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Presidente em exercício, José Freitas, antes de começar a minha fala, eu quero avisar à Ver.<sup>a</sup> Mônica que o veterinário que vendeu os *pets* dela está ali, para esclarecimentos. Então, a vereadora comprou seus animaizinhos, e o veterinário... Ver.<sup>a</sup> Mônica, o veterinário que a senhora comprou seus *pets*, está ali, Ver.<sup>a</sup> Mônica. A senhora pode aproveitar, ir lá e esclarecer com ele quaisquer dúvidas, já que a senhora comprou o seu *pet* com ele, ele está por ali, vereadora. Então, apenas para deixar esse recado.

Presidente, eu acho que vou passar, o plenário está muito conturbado neste momento, acho que não tem clima. Só para dar esse aviso, novamente, para a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Ver.<sup>a</sup> Mônica, a senhora que comprou os *pets*, o veterinário do qual a senhora comprou seus bichos, está aí, se a senhora quiser tirar esclarecimento ele está ali.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Para conhecimento do Ver. Tiago, que acha que deu uma grande informação, eu mesma gravei um vídeo dizendo que foi preciso a tragédia, a catástrofe, para eu entender que vidas não são produtos. Hoje, eu não compraria mais, senhor. O senhor está desatualizado, entre nas minhas redes sociais e veja que eu mesma contei isso. Hoje eu entendo que, assim como a boate Kiss, que promoveu uma conscientização de uma nova lei, assim como foi proibido animais em circos, eu estou procurando modificar a lei, por uma conscientização...

(Aparte antirregimental.)

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Eu não preciso disso, eu não preciso disso.

**Vereador Ramiro Rosário (NOVO):** Presidente, eu acho que já deu, já deu muita polêmica, quem sabe a gente pode se organizar aqui, comer um churrasco, uma costela bem gorda, um bom boi. Eu acho que isso vai valer a pena.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, o debate aqui está acalorado, de acusações e bate-boca, mas eu não vou entrar nessa seara, porque nós somos a favor da vida dos animais e nós vamos salvar os animais, queiram os bolsonarentos ou não.

Mas eu quero falar aqui do meu projeto de lei aos queridos colegas do Simpa, aos queridos professores e professoras. Está em tramitação projeto de nossa autoria que busca equiparar, para título de aposentadoria, o tempo de serviço dos professores, delimitados aos professores de sala de aula, porque o professor que estava na sala de aula e, por ventura, foi delimitado, por uma questão de saúde, ele não pode ser penalizado por isso, porque não é da alçada dele, e ele está sendo penalizado hoje. Nós temos muitos professores que foram impedidos de atuar em sala de aula, por questão de saúde, e o Previmpa entende que não há equivalência, equiparação ao tempo de regência de classe. Mas não foi a escolha deste professor, é por uma questão de saúde que ele acaba sendo afastado da sua função inicial, objeto do concurso, que é diretamente sala de aula. Nós precisamos reparar isto. Por quê? Porque não se trata de uma escolha, se trata, infelizmente, de um destino, de algo do acaso, e as pessoas estão sendo penalizadas. Foi ouvindo esses servidores em mais de 15 escolas que nós protocolamos esse projeto de lei que diz o seguinte: “Assegurando, para fins de aposentadoria especial do professor, a contagem de tempo de serviço como equivalente ao de regência de classe aos professores da rede municipal de ensino que sofrerem delimitação de função quando em regência de classe ou função equivalente, enquanto perdurar a delimitação”. Até porque há limitações que não são definitivas, são temporárias. Então nós estamos aqui para aperfeiçoar a legislação e garantir direitos aos que trabalham, aos que produzem, e isso é fundamental, entender que nós não podemos virar as costas para quem faz a educação acontecer. Imagine um professor que atua durante 15 anos, faltaria para ele, segundo as regras, um período equivalente para se aposentar, mas ele, por questão do destino, acaba se acidentando e tem que ter uma delimitação. A gente faz o quê? A legislação não olha para o trabalhador, para a trabalhadora, e é isso que nós queremos fazer: uma reparação histórica. Há muitas professoras e professores que, infelizmente, acabaram tendo que cumprir tempo de delimitação maior. Uma coisa é a escolha, alguém que escolhe ocupar

um outro espaço que não a regência de classe, esse é o primeiro movimento que nós queremos fazer de apoio a quem faz a educação acontecer.

Mas não é só isso que eu quero tratar aqui na questão de pauta. Eu considero um absurdo o projeto de autoria da Nádia – só poderia ser dela, não poderia ser de outra pessoa – e do Jessé, que anda de rodinha por aí, o vereador da rodinha da Ipiranga, que estabelece proibições pelo período de cinco anos, contados do trânsito em julgado da respectiva condenação, a quem cometer crime de invasão a terras, imóveis públicos ou privados no âmbito do Município de Porto Alegre. Eu quero saber desses vereadores que protocolaram, se eles vão ser a favor dos grileiros deste Brasil, que roubam terras há séculos, que mataram indígenas, que mataram o povo trabalhador, que devastaram a natureza. Agora, eles vêm com essa conversinha aqui de autoria, estabelece proibições por cinco anos... Eu quero saber se eles defenderiam que essa gente sorradeira, sonegadora de impostos, fosse ficar cinco anos com proibições. Nunca vi eles aqui. Os que estão devendo IPTU na Prefeitura, eles nunca vieram falar contra. Para concluir, Presidente, quando deram os R\$ 70 milhões de isenção de IPTU para a Fraport, uma empresa, eles não falaram nada. Então, é uma vergonha esses projetinhos de meia-tigela da extrema direita para atacar quem trabalha, quem produz, quem constrói e quem ocupa para dar a utilidade social à propriedade. Está lá na Constituição, leia a Constituição, Nádia, eu vou comprar uma para ti, tu e o Jessé, vou dar de presente. Vocês não leram a Constituição e vêm para a Câmara passar vergonha.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Presidente. Utilizo esta tribuna muito preocupada com a falta de conhecimento dos meus colegas vereadores que não sabem, mas os animais, em 2019, foram reconhecidos como seres sencientes, através do [PLC nº 027/18](#), reconhecendo assim que são seres equiparados aos humanos no tocante à sensibilidade, deixando de ser considerados bens móveis na categoria de coisas. E esta é mais uma das razões que comprova que devemos avançar, atualizando práticas que condizem com as boas ações que uma sociedade desenvolvida deve adotar em prol dos cuidados com os animais e ao encontro do regime jurídico em que se enquadram como seres dotados de sentimento, capazes de sentir dor, tristeza, medo e alegria. Como alguém no seu juízo perfeito, com conhecimento dessa lei federal, pode defender a economia em detrimento de vidas? Eu sinceramente acredito que vidas são mais importantes. Como eu sou uma pessoa movida a convicções, foi preciso essa tragédia que aconteceu em maio para que realmente me despertasse, para que entendesse que é bonitinho ver animais num quadrado de vidro, numa gaiola, mas não é certo, não é justo. Eles morreram afogados, incluindo aves, peixes, roedores num *shopping* de Porto Alegre na loja Cobasi. Isso me despertou para o risco de seres vivos indefesos. O objeto do meu projeto tem exatamente essa situação, salvar vidas, proteger vidas. Foi um fato grave, trágico, que aconteceu e que entristeceu os porto-alegrenses. Eu quero aqui mais uma vez dizer que animais não

são brinquedos e não devem ser expostos em prateleiras, vitrines ou gaiolas. Quero contar aqui na tribuna para quem está me assistindo que tentaram me intimidar. Empresários do 4º Distrito tentaram me intimidar, mas isso só me dá mais força para seguir em frente, para defender aquele que não tem voz, aquele que não pode gritar para se manter vivo. Senhores e senhoras, eu também quero contar uma situação bem interessante, a Lei Kiss. Por que ela aconteceu? Ninguém faz lei, porque acordou e disse: “Oba, hoje eu vou fazer uma lei”. Não, é preciso, muitas vezes, acontecer uma tragédia, para que um parlamentar, um legislador faça uma lei, e hoje nós temos a Lei Kiss. A proibição de animais em circos, a mesma coisa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nós não podemos mais assistir, não é permitido aos circos colocarem animais para satisfazer o desejo das pessoas. É lei, é proibido. Então as coisas acontecem assim, e eu lastimo profundamente que eu vi colegas meus aqui dizerem que é um projeto que não pode ser da direita, como se projeto tivesse sigla partidária. Eu diria que são parlamentares de discurso da bolha, que não têm trabalho, mas que ficam gritando em microfones, se autointitulando da direita. Olha, eu venho da Arena, da época em que era feio ser da direita, que me chamavam de filhotinho da ditadura, de conservadora. Eu não sou direita da moda de agora, como muitos, para fazer voto. Não, e eu não me movimento por siglas partidárias. Se a esquerda tiver um projeto que seja de bem comum, terá o meu apoio; se a direita tiver um projeto que prejudique a população, não terá o meu apoio. Eu sou movida pelas minhas convicções e trabalho me colocando no lugar do outro, essa é a minha regra de ouro. Agora, não venha alguém aqui que não tem nenhuma vida exemplar falar do Pedro Américo Leal, de quem eu sou filha orgulhosa, e digo para os senhores e as senhoras que foi meu grande inspirador da boa política. Obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Obrigado, vereadora. A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, plenário vazio, também a nossa galeria com poucas pessoas neste momento, mas eu quero fazer alguns registros. Acredito que o art. 81 é regimental, mas o projeto da colega Ver.<sup>a</sup> Mônica poderia ter passado pela nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que eu presido e da qual a vereadora também é membro, porque aí nós teríamos uma plenária sem tantos atritos, recebendo tanto o pessoal da proteção como da outra parte, que são os comerciantes de animais. Mas foi passado direto, por um artigo, que traz logo para o plenário, sem parecer de comissões. Mas eu quero também registrar que a [Lei Complementar nº 694/2012](#) não é uma lei simplesmente criada pelo Executivo, ela é um código municipal criado como consolidação. Quem fez a relatoria foi a ex-diretora legislativa desta Casa, também levamos seis meses para fazer a consolidação das leis desde 1938, em que a primeira lei que se revogou foi uma que permitia cochos para os cavalos beberem água na frente da Prefeitura. Foram 27 leis revogadas, porque não tinham mais como ser aplicadas nessa época. Aí se consolidou como? Por capítulo, chamando funcionários que eram envolvidos com aquela atividade. Vou dar um exemplo:

zoonoses, Vigilância Sanitária, animais silvestres, o Ibama, que tem uma lei federal, que prevê o controle dos anilhamentos dos animais; não dá para nós alterarmos a [Lei nº 694](#), onde vai se mexer em lei federal. Chamamos também outras áreas, então foi tudo muito bem pensado nessa consolidação para não ferir nenhuma legislação e muito menos vereadores que tinham aprovado as leis. Mas eu vi que neste projeto, Ver.<sup>a</sup> Mônica, a senhora excluiu inclusive uma lei minha, que eu estou incluindo por emenda. A senhora também alterou todo um artigo que é importante, que é o art. 24, que é para os estabelecimentos. No momento em que se retira esse artigo, nós temos outros segmentos, já que a lei não se trata somente da proibição da venda de animais, ela abrange também outros estabelecimentos. Por exemplo, o que eu vou fazer com os estabelecimentos de serviços? Os estabelecimentos de serviços têm que ter uma regra. O que é o estabelecimento de serviço? São *pet shops*, aliás são estéticas, hotelarias. A própria clínica veterinária tem que ter, sim, essas regras que estavam no art. 24. Então, por isso que eu fiz essas emendas. Depois, também, quando retirou a minha lei, eu complementei, numa emenda, a lei que é amparada hoje pela Frente Parlamentar Porto Alegre Sem Maus-Tratos aos Animais – e nós temos reuniões mensais de conscientização. E essa fixação de carta verde deu muito resultado e foi um pedido das próprias lojas de comércio que tinham muitos abandonos de animais. Então, tudo que está nessa lei não pode ser retirado e alterado; virou uma colcha de retalho a 694, quem faz as alterações é a Procuradoria do Município. Então é uma lei sobre a qual poderia ter sido feita uma audiência para se mostrar às partes e não ter esse tumulto, e poderia até já ter sido votada essa lei aqui. Temos também a preocupação de constar na lei o que vamos fazer com os animais; no momento que eu proíbo, eu tenho que dar um destino aos animais. O que nós vamos fazer com os animais? É proibido, muito bem, proibir o comércio, mas os animais não falam, e fazer um registro: os animais são seres sencientes, que o Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a regulamentar isso no Código Estadual do Meio Ambiente, pelo deputado Gabriel Souza, hoje vice-governador. Muito obrigada.

**PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Vencemos a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente sessão. Até segunda-feira e um abraço a todos.

(Encerra-se a sessão às 16h30min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

\* \* \* \* \*